

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

EDITAL N.º 01/2016 DE PROCESSOS SELETIVOS

GABARITO APÓS RECURSOS

PROCESSO SELETIVO 01

ADVOGADO I (Cível, Tributário e Administrativo)

01.	C	11.	A	21.	E	31.	C
02.	E	12.	C	22.	B	32.	D
03.	D	13.	C	23.	D	33.	A
04.	D	14.	B	24.	C	34.	C
05.	ANULADA	15.	A	25.	B	35.	B
06.	A	16.	D	26.	C	36.	C
07.	E	17.	B	27.	A	37.	E
08.	C	18.	C	28.	E	38.	A
09.	E	19.	E	29.	D	39.	D
10.	D	20.	A	30.	A	40.	A



HOSPITAL DE
CLÍNICAS
PORTO ALEGRE RS

EDITAL Nº 01/2016 DE PROCESSOS SELETIVOS (PS)

MISSÃO

Ser um referencial público em saúde, prestando assistência de excelência, gerando conhecimento, formando e agregando pessoas de alta qualificação.

PS 01 - ADVOGADO I (Cível, Tributário e Administrativo)

MATÉRIA	QUESTÕES	PONTUAÇÃO
Conhecimentos Específicos	01 a 40	0,20 cada



FAURGS
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA A REPRODUÇÃO, AINDA QUE PARCIAL, SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA FAURGS E DO HCPA.

Nome do Candidato: _____

Inscrição nº: _____





FAURGS
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

INSTRUÇÕES

- 1 Verifique se este CADERNO DE QUESTÕES corresponde ao Processo Seletivo para o qual você está inscrito. Caso não corresponda, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 2 Esta PROVA consta de **40** (quarenta) questões objetivas.
- 3 Caso o CADERNO DE QUESTÕES esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao Fiscal da sala que o substitua.
- 4 Para cada questão objetiva, existe apenas **uma** (1) alternativa correta, a qual deverá ser assinalada na FOLHA DE RESPOSTAS.
- 5 Os candidatos que comparecerem para realizar a prova **não deverão portar** armas, malas, livros, máquinas calculadoras, fones de ouvido, gravadores, *paggers*, *notebooks*, **telefones celulares**, *pen drives* ou quaisquer aparelhos eletrônicos similares, nem utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, mantas, lenços, aparelhos auriculares, prótese auditiva, óculos escuros, ou qualquer outro adereço que lhes cubra a cabeça, o pescoço, os olhos, os ouvidos ou parte do rosto. **Os relógios de pulso serão permitidos, desde que permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.** (conforme subitem 7.10 do Edital de Abertura)
- 6 **É de inteira responsabilidade do candidato comparecer ao local de prova munido de caneta esferográfica preferencialmente de tinta azul, de escrita grossa, para a adequada realização de sua Prova Escrita. Não será permitido o uso de lápis, marca textos, lapiseira/grafite e/ou borracha durante a realização da prova.** (conforme subitem 7.16.2 do Edital de Abertura)
- 7 Não serão permitidos: nenhuma espécie de consulta em livros, códigos, revistas, folhetos ou anotações, nem o uso de instrumentos de cálculo ou outros instrumentos eletrônicos, exceto nos casos estabelecidos no item 13 do Edital. (conforme subitem 7.16.3 do Edital de Abertura)
- 8 Preencha com cuidado a FOLHA DE RESPOSTAS, evitando rasuras. Eventuais marcas feitas nessa FOLHA a partir do número **41** serão desconsideradas.
- 9 Ao terminar a prova, entregue a FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal da sala.
- 10 A duração da prova é de **três horas (3h)**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final desse prazo, a FOLHA DE RESPOSTAS será **imediatamente** recolhida.
- 11 **O candidato somente poderá se retirar da sala de prova uma hora (1h) após o seu início. Se quiser levar o Caderno de Questões da Prova Escrita Objetiva, o candidato somente poderá se retirar da sala de prova uma hora e meia (1h30min) após o início. O candidato não poderá anotar/copiar o gabarito de suas respostas de prova.**
- 12 **Após concluir a prova e se retirar da sala de prova, o candidato somente poderá se utilizar de sanitários nas dependências do local de prova, se for autorizado pela Coordenação do Prédio e estiver acompanhado de um fiscal.** (conforme subitem 7.16.6 do Edital de Abertura)
- 13 Ao concluir a Prova Escrita, o candidato deverá devolver ao fiscal da sala a Folha de Respostas (Folha Óptica). Se assim não proceder, será excluído do Concurso. (Conforme subitem 7.16.8 do Edital de Abertura)
- 14 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do candidato.



01. Sobre o controle externo da Administração Pública na Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) O controle externo, a cargo do Tribunal de Contas da União, é exercido com o auxílio do Congresso Nacional.
- (B) Os Tribunais de Contas Estaduais são integrados por nove Conselheiros.
- (C) As decisões do Tribunal de Contas da União de que resulte imputação de débito ou multa têm eficácia de título executivo.
- (D) O Tribunal de Contas da União é integrado por onze Ministros.
- (E) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela devem dar ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.

02. Tendo em vista as disposições da Lei Federal nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em três anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- (B) No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do último pagamento.
- (C) A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (D) O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- (E) Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução.

03. Com relação aos limites do "Poder de Polícia", assinale a alternativa que apresenta os critérios a serem observados a fim de que não se violem direitos individuais.

- (A) Necessidade, coercibilidade e eficácia.
- (B) Indelegabilidade, proporcionalidade e eficácia.
- (C) Necessidade, proporcionalidade e discricionariedade.
- (D) Necessidade, proporcionalidade e eficácia.
- (E) Autoexecutoriedade, proporcionalidade e eficácia.

04. No que se refere às normas sobre licitações previstas na Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) O autor do projeto, básico ou executivo, pode participar da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários.
- (B) É vedada a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado.
- (C) É inexigível a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (D) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- (E) Admite-se a combinação entre as modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666/93.

05. Sobre convênios no Direito Administrativo, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) O convênio constitui uma modalidade de contrato utilizada pelo Poder Público para associar-se com outras entidades públicas ou privadas.
- (B) A finalidade dos convênios é a delegação do serviço público pelo Poder Público à iniciativa privada.
- (C) As entidades privadas que recebem verbas públicas mediante convênio estão dispensadas de realizar licitação para empregar tais verbas em obras, compras e serviços.
- (D) A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública não depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada.
- (E) A entidade ou órgão repassador que celebrar convênio deve dar ciência do mesmo à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva.

06. No que se refere às regras previstas pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) É proibida operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.
- (B) É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, mesmo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- (C) Entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
- (D) Lei estadual ou municipal não pode fixar limites inferiores àqueles previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal para as dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.
- (E) A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas poderá ser autorizada por decreto, desde que atenda às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

07. Sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, conforme a disciplina da Lei nº 12.846/2013, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) As pessoas jurídicas são responsabilizadas na medida de sua culpabilidade, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei, praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- (B) Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 10 (dez) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.
- (C) No âmbito do Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União – CGU tem competência exclusiva para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas.
- (D) A competência para a instauração e o julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica não pode ser delegada.
- (E) As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas são solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos na Lei 12.846/2013, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

08. Qual prazo de suspensão dos direitos políticos está previsto na Lei nº 8.429/9 (Improbidade Administrativa), entre as penas aplicáveis à prática de ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito?

- (A) Três a cinco anos.
- (B) Cinco a dez anos.
- (C) Oito a dez anos.
- (D) Oito a doze anos.
- (E) Dez a quinze anos.

09. Sobre direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) Os tratados sobre direitos humanos aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria dos votos dos respectivos membros, são equivalentes às emendas constitucionais.
- (B) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político, desde que registrado no Tribunal Superior Eleitoral.
- (C) Qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe.
- (D) O sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas é inviolável, salvo, no último caso, por ordem da autoridade policial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer.
- (E) Ninguém pode ser privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

10. Sobre o Poder Constituinte, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) O Poder Constituinte originário é temporário, pois desaparece com a realização de sua obra, ou seja, com a elaboração de uma nova Constituição.
- (B) O Poder Constituinte derivado decorrente consiste na possibilidade de alterar-se o texto constitucional, respeitando-se a regulamentação especial prevista na própria Constituição.
- (C) O Poder Constituinte derivado reformador consiste na possibilidade que os Estados-membros têm, em virtude de sua autonomia político-administrativa, de se auto-organizarem por meio de suas respectivas constituições estaduais.
- (D) O Poder Constituinte derivado conhece limitações constitucionais expressas e implícitas e é passível de controle de constitucionalidade.
- (E) O Poder Constituinte originário é distinto, anterior e fonte de autoridade dos poderes constituídos, com eles se confundindo.

11. Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, compete privativamente à União legislar sobre:

- (A) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
- (B) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- (C) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- (D) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- (E) responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

12. Sobre a competência do Congresso Nacional, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da República.
- (B) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por metade de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da República.
- (C) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente da República.
- (D) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- (E) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de comuns.

13. Qual o quórum exigido para aprovação de Súmula Vinculante pelo Supremo Tribunal Federal?

- (A) Um terço de seus membros.
- (B) Metade de seus membros.
- (C) Dois terços de seus membros.
- (D) Três quartos de seus membros.
- (E) Totalidade de seus membros.

14. No que diz respeito às regras sobre precatórios na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) No momento da expedição dos precatórios, deles deverá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos ilíquidos e certos, desde que inscritos em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora.
- (B) O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorre em crime de responsabilidade e responde, também, perante o Conselho Nacional de Justiça.
- (C) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de junho, fazendo-se o pagamento até o final do mesmo exercício.
- (D) O credor não pode ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, sem a prévia concordância do devedor.
- (E) Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham mais de 60 (sessenta) anos de idade na data de expedição do precatório devem ser pagos com preferência sobre todos os demais débitos.

15. Sobre as medidas provisórias na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria reservada a lei complementar.
- (B) Se a medida provisória não for apreciada em até sessenta dias contados de sua publicação, entra em regime de urgência.
- (C) A vigência de medida provisória que, no prazo de noventa dias, contados de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada pode ser prorrogada.
- (D) As medidas provisórias têm sua votação iniciada no Senado Federal.
- (E) É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

16. No que diz respeito às regras previstas na Constituição da República Federativa do Brasil sobre a exploração dos recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) A pesquisa e a lavra de recursos minerais somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão do Município.
- (B) As jazidas pertencem ao proprietário do solo para efeito de exploração ou aproveitamento.
- (C) É vedada a cessão ou transferência das autorizações de pesquisa.
- (D) A autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado.
- (E) O aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida depende de autorização ou concessão da União.

17. Sobre os direitos da personalidade no Código Civil, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) Os direitos da personalidade, com exceção dos casos previstos em lei, são intransmissíveis e irrenunciáveis, exceto no caso de limitações voluntárias ao seu exercício.
- (B) Tem legitimação para reclamar perdas e danos por lesão a direito da personalidade de pessoa falecida o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.
- (C) Salvo por restrição médica, é possível o ato de disposição do próprio corpo, independentemente de importar diminuição permanente da integridade física.
- (D) É válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição onerosa do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- (E) O nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, quando não houver intenção difamatória.

18. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país

- (A) trinta dias depois de oficialmente publicada.
- (B) quarenta dias depois de oficialmente publicada.
- (C) quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- (D) sessenta dias depois de oficialmente publicada.
- (E) noventa dias depois de oficialmente publicada.

19. Sobre as pessoas jurídicas no Código Civil, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa a partir da assinatura do respectivo ato constitutivo.
- (B) Decai em cinco anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- (C) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria absoluta de votos, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
- (D) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins econômicos.
- (E) A exclusão de associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.

20. Sobre os bens no Código Civil, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.
- (B) Considera-se bem móvel para os efeitos legais o direito à sucessão aberta.
- (C) Consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- (D) São consumíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- (E) Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, desprovidas de valor econômico.

21. No que se refere às regras sobre obrigações de dar coisa certa no Código Civil, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) A obrigação de dar coisa certa não abrange os respectivos acessórios, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
- (B) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais não poderá exigir aumento no preço.
- (C) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o devedor a perda.
- (D) Deteriorada a coisa, sendo o devedor culpado, o credor é obrigado a aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- (E) Se, no caso de obrigação de dar coisa certa, a coisa se perder, sem culpa do devedor, antes da tradição, fica resolvida a obrigação para ambas as partes.

22. No que diz respeito às regras sobre formação dos contratos no Código Civil, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) A proposta deixa de ser obrigatória se, feita sem prazo a pessoa ausente, não foi imediatamente aceita.
- (B) A oferta ao público equivale a proposta quando encerra os requisitos essenciais ao contrato, salvo se o contrário resultar das circunstâncias ou dos usos.
- (C) A aceitação da proposta fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, não tem efeito.
- (D) Os contratos entre ausentes, em regra, tornam-se perfeitos desde que a aceitação é recebida.
- (E) Reputa-se celebrado o contrato no lugar em que foi aceito.

23. Sobre o instituto da desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) O instituto pode ser aplicado pelo juiz, de ofício, a requerimento da parte ou a requerimento do Ministério Público.
- (B) A aplicação do instituto acarreta a extinção da pessoa jurídica.
- (C) O encerramento irregular das atividades empresariais é suficiente para a aplicação do instituto.
- (D) É requisito para a aplicação do instituto a comprovação do abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
- (E) A inadimplência da pessoa jurídica, por si só, enseja a desconsideração da personalidade jurídica.

24. No que se refere às regras sobre responsabilidade civil no Código Civil, assinale a alternativa que apresenta afirmação correta.

- (A) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, exceto se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- (B) A responsabilidade civil é dependente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo cível.
- (C) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
- (D) O credor que demandar o devedor antes de vencida a dívida fica obrigado a pagar ao devedor o dobro do que houver cobrado.
- (E) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.

25. Assinale a alternativa correta a respeito da ação monitória.

- (A) No procedimento especial da ação monitória, não se admite a realização de citação por edital nem o ajuizamento de reconvenção.
- (B) Na ação monitória, a revelia acarreta a ausência de aprofundamento da cognição judicial e a constituição de pleno direito do título executivo judicial.
- (C) O Código de 1973 permite atualmente o ajuizamento de ação monitória para postular a tutela específica de obrigação de fazer ou de não fazer.
- (D) Se o devedor pagar ou entregar a coisa no prazo legal de quinze dias, ficará isento de custas, mas não de honorários advocatícios, que serão reduzidos à metade.
- (E) Não se admite que o fornecedor de medicamentos ajuíze ação monitória em face do ente público federal contratante, a fim de obter o pagamento das mercadorias fornecidas.

26. Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca do instituto da coisa julgada.

- (A) Os efeitos da sentença podem beneficiar ou prejudicar terceiros, mas a coisa julgada material, no âmbito do processo individual, fica restrita aos que figuraram no processo como partes.
- (B) Para que a coisa julgada material alcance a questão prejudicial decidida incidentalmente no processo pelo juiz, faz-se necessário o ajuizamento, por qualquer das partes, de ação declaratória incidental.
- (C) Conforme a lição doutrinária acolhida pela legislação processual civil brasileira vigente, a coisa julgada material constitui efeito jurídico ligado à eficácia declaratória da sentença de mérito transitada em julgado.
- (D) Os fundamentos da sentença, assim como a verdade dos fatos, ainda que sejam importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, não são abarcados pela autoridade da coisa julgada material.
- (E) A eficácia preclusiva da coisa julgada material impede que as partes deduzam, em nova demanda judicial idêntica à que já foi julgada, alegações e defesas tendentes ao acolhimento ou à rejeição do pedido.

27. Dois irmãos, Fulano e Beltrano, recebem de herança um imóvel indiviso deixado pelo pai. No curso deste ano, Fulano teve notícia de que o imóvel fora invadido por Cicrano, o que o motivou, juntamente com seu irmão Beltrano, a ajuizar ação reivindicatória contra o suposto invasor do terreno.

Assinale a alternativa **INCORRETA** em relação a esse fato.

- (A) Se o invasor for simples locatário do imóvel em questão, não lhe será possível promover a denúncia da lide ao locador.
- (B) A situação descrita no enunciado configura hipótese de litisconsórcio unitário facultativo no polo ativo.
- (C) Se não tivesse figurado desde o início no polo ativo, Beltrano poderia ter ingressado posteriormente no processo como assistente litisconsorcial de Fulano.
- (D) O recurso de apelação interposto por Fulano contra eventual sentença de improcedência da demanda aproveitaria automaticamente a seu irmão Beltrano.
- (E) No caso de ter atuado como simples preposto do verdadeiro invasor, Cicrano deveria promover a nomeação à autoria deste, sob pena de responder por perdas e danos perante os autores.

28. Assinale a alternativa correta a respeito das medidas cautelares nominadas.

- (A) O sequestro cautelar visa a assegurar a realização da penhora de bens do suposto devedor de quantia certa, objeto da ação principal.
- (B) O arresto previsto no processo de execução de títulos extrajudiciais tem natureza claramente cautelar.
- (C) O sequestro cautelar não pode ter por objeto os frutos e eventuais rendimentos do imóvel, objeto da ação reivindicatória.
- (D) No arrolamento cautelar, não ocorre a nomeação de um depositário pelo juiz, uma vez que essa medida se esgota na simples elaboração de um elenco de bens pelo oficial de justiça.
- (E) O arresto cautelar pode ser concedido quando o devedor insolvente aliena ou tenta alienar os bens que possui.

29. Assinale a alternativa correta a respeito da liquidação de sentença.

- (A) Para impugnar a decisão que julgar a liquidação de sentença, pode-se empregar tanto o agravo de instrumento quanto a apelação, sendo possível a aplicação do princípio da fungibilidade recursal nesse caso.
- (B) Não é dado às partes convencionarem a realização da liquidação por arbitramento, que deve obedecer rigorosamente às hipóteses previstas em lei.
- (C) A liquidação da indenização devida à vítima de acidente que teve de realizar cirurgias corretivas no curso do processo, mesmo depois do trânsito em julgado da sentença, pode ser feita por mero cálculo aritmético.
- (D) A liquidação por cálculo aritmético é feita privadamente pelo credor, ao requerer o cumprimento de sentença, não constituindo uma fase específica do procedimento ordinário.
- (E) Entende-se que a realização da liquidação de forma diversa da indicada na sentença ofende a coisa julgada.

30. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, assinale com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as afirmações abaixo.

- () A contribuição social sobre o lucro é uma das fontes de custeio da seguridade social. Além dessa, existem outras fontes de financiamento, como aquelas oriundas do orçamento da União.
- () A seguridade social será financiada por parte da sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos, dentre outros, provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- () A sociedade financiará a seguridade social de forma direta e indireta, sendo a contribuição de intervenção no domínio econômico um exemplo.
- () A contribuição sindical, como importante fonte para financiamento da seguridade social e dada a sua natureza jurídica e regime jurídico, somente poderá ser destinada à manutenção de benefícios ligados aos trabalhadores.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – F – F.
- (B) V – V – F – V.
- (C) F – F – V – F.
- (D) F – V – F – V.
- (E) F – V – V – V.

31. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, considere as afirmações abaixo.

- I - As entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências legais poderão obter imunidade de taxas, prevista no art. 195, exceto as incidentes em razão do exercício regular do poder de polícia.
- II - A imunidade de taxas pela prestação de serviço público específico e divisível, prevista no art. 195, não é uma faculdade do sujeito ativo e tampouco se trata de poder discricionário da autoridade competente para a sua análise.
- III - A não incidência de contribuições, prevista no art. 195, §7º, tem natureza de imunidade.
- IV - A previsão de instituição de contribuições, prevista nos incisos I a IV do art. 195, tem caráter exaustivo.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) Apenas III e IV.

32. Segundo o previsto no Código Tributário Nacional, no caso de sonegação de contribuição à seguridade social que tenha sido descoberta pela fiscalização, o prazo para o respectivo lançamento do crédito é de

- (A) prescrição e terá como termo inicial a data da ocorrência do fato gerador.
- (B) decadência e terá como termo inicial a data da ocorrência do fato gerador.
- (C) prescrição e terá como termo inicial o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (D) decadência e terá como termo inicial o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- (E) prescrição e terá como termo inicial o primeiro dia do exercício seguinte à data da ocorrência do fato gerador.

33. Segundo a ordem jurídica, assinale com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as afirmações abaixo.

- () A execução fiscal somente poderá ser embargada após garantida a execução.
- () Na execução fiscal por carta, os embargos do executado serão oferecidos no juízo deprecante.
- () Os embargos à execução fiscal serão oferecidos pelo executado no prazo de quinze dias.
- () Nos embargos à execução fiscal, não será admitida reconvenção, apenas compensação.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) V – F – F – F.
- (B) V – F – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – V – F – F.
- (E) F – F – V – V.

34. Segundo a Lei nº 6.830/80, considere as afirmações abaixo.

- I - Dada a existência de regime jurídico processual próprio, o Código de Processo Civil não é aplicável às execuções fiscais.
- II - A Lei das Execuções Fiscais prevê a possibilidade de prescrição intercorrente.
- III - A inscrição em dívida ativa se constitui no ato de controle administrativo da legalidade.
- IV - Por se tratar de uma lei própria às execuções fiscais, a Lei nº 6.830/80 regula o executivo fiscal apenas em relação à dívida ativa tributária.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

35. No que se refere à Lei nº 12.016/09, considere as afirmações abaixo.

- I - Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários.
- II - É possível a concessão de medida liminar à entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, pois é vedada a apreensão de mercadorias como meio coercitivo à cobrança de tributos.
- III- Caberá apelação da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar.
- IV - Impetrado mandado de segurança, o juiz ordenará que se dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

36. Segundo a ordem jurídica, considere as afirmações abaixo que se referem ao processo tributário.

- I - Não é possível a concessão de antecipação dos efeitos da tutela, em ação anulatória tributária.
- II - A ação anulatória visa a uma decisão de mérito que condene o sujeito passivo a restituir o pagamento do tributo indevido.
- III- A fim de ajuizar a ação judicial adequada para discutir o crédito tributário, não é necessário esgotar a via do contencioso administrativo.
- IV - A ação anulatória tributária, por possuir eficácia processual preponderantemente condenatória, extinguirá o lançamento tributário.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

37. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, assinale com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as afirmações abaixo.

- () Em matéria tributária, é admissível o tratamento desigual entre pessoas que se encontrem em situação equivalente, desde que *nomen iuris* do rendimento seja distinto.
- () Dado o caráter estrito da legalidade tributária, segundo a qual a exigência ou o aumento de tributo deve ser com base em lei, em nenhuma circunstância poderá alguma alíquota ser majorada por ato administrativo.
- () As contribuições à seguridade social não se submetem à anterioridade geral prevista no art. 150, III, "b" da CF.
- () É vedada a isenção heterônoma.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – V – V – F.
- (B) V – F – F – V.
- (C) V – V – F – V.
- (D) V – V – F – F.
- (E) F – F – V – V.

38. Segundo o Código Tributário Nacional, considere as afirmações abaixo.

- I - Não é possível obter certidão positiva com efeitos de negativa quando houver depósito judicial da maior parte do valor controvertido.
- II - A certidão positiva em que conste a suspensão da exigibilidade do crédito tributário tem os mesmos efeitos da certidão negativa.
- III- Sujeito passivo em recuperação judicial não pode se enquadrar nas hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- IV - Havendo concessão de antecipação dos efeitos da tutela para suspender a exigibilidade do crédito tributário, o sujeito passivo estará dispensado do cumprimento de obrigação tributária acessória.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas II, III e IV.

39. Segundo o Código Tributário Nacional, em se tratando de integração da legislação tributária, assinale com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as afirmações abaixo.

- () Havendo lacuna, o magistrado poderá utilizar princípios gerais de direito, como a equidade, que é utilizada para que pessoas legalmente pobres deixem de pagar tributos.
- () A interpretação literal não é um meio de colmatar lacunas.
- () A analogia será utilizada somente nas hipóteses em que houver lacuna e o fato concreto, indubitavelmente, representar exteriorização de riqueza.
- () O princípio da capacidade contributiva é um dos meios para a integração da legislação tributária.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- (A) F – V – F – F.
- (B) V – F – V – F.
- (C) V – F – V – V.
- (D) F – V – F – V.
- (E) F – V – V – V.

40. Segundo o Código Tributário Nacional, em se tratando de aplicação da legislação tributária, considere as afirmações abaixo.

- I - A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes.
- II - A lei aplica-se a ato ou fato pretérito em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, incluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.
- III- A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, mesmo tratando-se de ato definitivamente julgado, quando deixe de defini-lo como infração.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas II.
- (C) Apenas III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II e III.